

Segurança do Estado substituirá LSN

Nélio Rodrigues



A Lei de Segurança Nacional vai ser substituída pela Lei de Segurança do Estado. Essa informação foi transmitida ontem pelo presidente da OAB, Márcio Thomas Bastos, depois de audiência com o Presidente interino da República, deputado Ulysses Guimarães. Na Assembleia Constituinte, o deputado Jorge Arbage (PDS-PA), que presidia a sessão, leu um ofício de Ulysses onde ele se manifesta contrário à aplicação da Lei de Segurança Nacional contra pessoas que participaram de manifestações no Rio e em São Paulo. Ulysses disse que já conversou com o ministro da Justiça, Paulo Brossard, e que vai transmitir sua posição ao presidente Sarney quando ele voltar da Argentina.

Apesar de o ministro da Justiça, ter dito no início da semana que a atual LSN é boa e poderia ser mantida, e que tanto faz chamar-se Lei de Segurança Nacional ou Lei de Segurança do Estado, o presidente da OAB soube de Ulysses que Brossard está preparando um anteprojeto para substituir a legislação em vigor.

Proposta

Ulysses Guimarães pediu à Ordem dos Advogados do Brasil durante a audiência que prepare

uma proposta de texto constitucional, com ênfase ao capítulo do Poder Judiciário, incluindo a criação de um Tribunal Constitucional e de mecanismos de controle da dívida externa.

Na audiência, Márcio Bastos estava acompanhado pelos membros do Conselho Federal da OAB. Esteve presente o relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM).

O presidente da OAB concordou com a solicitação de Ulysses e afirmou que pretende preparar também um texto contrário à conversão da dívida do País em capital de risco e que insistirá em definir o papel dos militares como de servidores da Nação.

Igreja

Ulysses Guimarães, no exercício da Presidência alçou ontem com o presidente da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Luciano Mendes de Almeida, e com o secretário-geral da entidade, dom Celso Queirós. Ulysses voltou a pedir sugestões da Igreja ao substitutivo do projeto de Constituição, a ser apresentado pelo deputado Bernardo Cabral.

Dom Luciano revelou ao presidente da Constituinte e ao ministro Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil, também presente ao almoço, que a Igreja já tem, praticamente pronta, a lista — com 30 mil assinaturas — para apresentar emenda à Assembleia Nacional Constituinte sobre a viabilidade da implantação da reforma agrária no Brasil.

Plenário vazio mais uma vez

A Lei de Segurança Nacional, o parlamentarismo, o menor abandonado e a reforma agrária foram os temas debatidos ontem no plenário da Constituinte, que mais uma vez ficou vazio. Apenas dois parlamentares falaram de temas constitucionais, como o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), que defendeu a proposta de parlamentarismo misto do jurista Miguel Reale Júnior, e o deputado Nelson Aguiar (PMDB-ES), que fez um emocionado discurso em defesa do menor abandonado e da reforma agrária.

O deputado Plínio Arruda, do PT de São Paulo, voltou a levantar questão de ordem para defender a mudança do regimento interno da Constituinte e pedir a verificação de quorum. O presidente da mesa, deputado Jorge Arbage (PDS-PA), teve que acionar a campanha e convocar parlamentares para obter o quorum mínimo de 56 constituintes em plenário.

A sessão começou às 14h30 com apenas quatro parlamentares em plenário. Nessa hora o Congresso estava com 287 constituintes. Aos poucos, outros deputados e senadores foram chegando. No horário do pequeno expediente, 15 parlamentares falaram e o assunto predominante foi a aplicação da Lei de Segurança Nacional contra o presidente do PT de São Paulo e ex-deputado, Djalma Bom.

Solidariedade

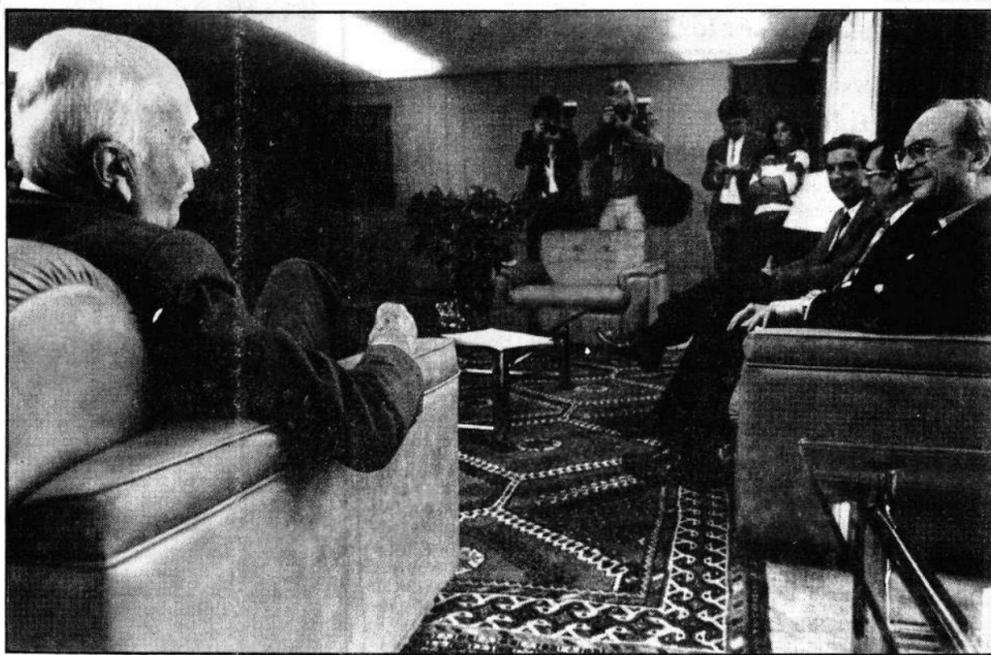
Djalma Bom recebeu solidariedade até do deputado Amaral

Netto (PDS-RJ), um crítico das esquerdas. Segundo ele, o governo "cometeu uma burrice ao aplicar a Lei de Segurança Nacional nas lideranças que participaram do comício, porque o que eles disseram, todos os dias é dito aqui, nesse plenário".

Maurílio Ferreira Lima abriu o seu discurso em defesa do parlamentarismo misto, prestando solidariedade ao líder petista e afirmando que a aplicação da LSN "é uma vergonha". O deputado vai apresentar uma emenda alterando a proposta de um parlamentarismo puro, como está no projeto.

Ele acredita que o parlamentarismo misto seria uma forma de se fazer um teste para ver se esse tipo de regime dá certo no País. No parlamentarismo misto são mantidos os poderes do Executivo e o primeiro-ministro fica como um coordenador do Governo. Essa proposta foi condenada pelos deputados Aldo Arantes (PC do B), Walmor de Luca (PMDB-SC) e pelo senador Leite Chaves (PMDB-PR).

O deputado Nelson Aguiar defendeu a proteção do menor abandonado, criticando o ministro Aníbal Teixeira, do Planejamento, que cortou Cz\$ 3 bilhões do orçamento da União para as áreas com populações carentes. Ele defendeu também a reforma agrária e foi muito aplaudido pelas galerias e por alguns deputados.



Ulysses pediu a dom Luciano que a Igreja apresente sugestões ao projeto de Constituição

Cabral propõe novo capítulo para separar leis ordinárias

O deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização, disse ontem que só dará início às negociações (com as lideranças partidárias e com os diversos grupos de constituintes) para a preparação de seu substitutivo ao Projeto de Constituição, após o dia 30 de julho, quando se encerram os prazos para apresentação de emendas populares de plenário. Segundo o relator, o seu trabalho por enquanto será o de tirar do atual texto toda a matéria não constitucional e organizá-la num capítulo à parte, sob o título de "Atos de Disposições não Constitucionais".

A intenção de Cabral é inserir esse capítulo após o das Disposições Transitórias do substitutivo, fixando um prazo para que as matérias de legislação ordinária, consideradas essenciais ao cumprimento da nova Constituição, possam ser votadas durante o mandato parlamentar dos atuais constituintes, que se encerra em março de 1991.

Negociações

As negociações com as lideranças partidárias e com os grupos organizados de constituintes devem acontecer entre o dia 30 de julho e dez de agosto. Até lá o relator já pretende ter analisado grande parte das emendas apresentadas. Ele manifestou a intenção de dar atenção especial às emendas populares

e para isso já marcou uma reunião na segunda-feira com o deputado Ulysses Guimarães e o presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos, no sentido de agilizar o processo de conferência e análise dessas emendas. "Esse processo tem que ser muito ágil, pois pelo Regimento Interno da Constituinte a emenda popular tem que estar em plenário para ser discutida 48 horas após a sua chegada".

Até agora, as três únicas emendas populares que chegaram à Sistematização foram indeferidas pelo senador Afonso Arinos por não preencherem requisitos regimentais, como a obrigatoriedade de ser assinada por três entidades legalmente constituídas, e cada signatário assinam o nome legível e com o número do título de eleitor ao lado e o endereço completo e de serem apresentadas sob a forma de emenda.

Segundo Cabral, a emenda com 2 milhões de assinaturas com reivindicações para a criança, embora tenha sido indeferida já consensualmente chegou à Sistematização, pois foi incorporada como proposta da deputada Abigail Feitosa (PMDB-BA). A dos artistas, proibindo toda forma de censura e a do eleitor baiano, Antônio Filgueira Fortuna, propondo a criação da Delegacia de Defesa dos Direitos do Cidadão, no entanto,

ficaram de fora.

Emendas de Plenário

Até ontem à tarde apenas 127 emendas de constituintes haviam chegado à Comissão de Sistematização, grande parte delas assinadas pelos deputados Vingt Rosado (PDS-RN) e Nilson Gibson (PMDB-PE). Gibson propõe, entre outras coisas, a supressão do artigo 458 que fixa o mandato do atual presidente em cinco anos, restabelecendo os 6 anos de que dispõe na atual Constituição e do artigo 475, que dá anistia a partir de 1946. Já Vingt Rosado apresenta principalmente emendas sobre a erradicação das desigualdades regionais, que vêm sendo defendidas por um grande grupo de parlamentares nordestinos.

Algumas emendas que foram rejeitadas nas fases dos trabalhos das comissões e subcomissões estão sendo reapresentadas questões polêmicas, já que também começaram a ser objeto de emendas. O deputado Manuel Viana (PMDB-CE), por exemplo, tem uma suprimindo o artigo 404 que veda a propaganda comercial de cigarros, medicamentos, bebidas alcoólicas e agrotóxicos; Joaquim Haickel propõe a prisão perpétua em casos de estupro, sequestro e roubo, seguidos de morte. Já Nilson Gibson quer o fim da estabilidade plena no emprego, propondo a volta do FGTS para os casos de demissões.

Cresce apoio à mudança

Está crescendo no Congresso a articulação do PT para alterar o Regimento Interno da Constituinte e permitir que nas sessões plenárias sejam discutidas apenas temas constitucionais. Até ontem, o deputado Plínio Arruda (PT-SP), que encaminhou um requerimento ao deputado Ulysses Guimarães pedindo a alteração, tinha obtido o apoio do PCB, PC do B, PDT, PDC e PDS.

Plínio Arruda esteve ontem com o senador Humberto Lucena (PMDB-PB), que é favorável a mudança do regimento. Humberto Lucena se comprometeu a conversar com o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e garantiu que vai lutar, dentro do PMDB, para que «essa idéia seja vitoriosa».

O deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização, também é favorável a alteração do regimento no que diz respeito

às sessões plenárias. Ontem ele considerou, a proposta de Plínio Arruda «válida e lúdica». Disse ainda que é favorável a todas as alterações que melhorarem o regimento.

Conservadores

O vice-líder do PT não quer adiantar qual a estratégia que o seu partido vai usar nas próximas sessões, mas disse que em todas elas vai levantar questão de ordem pedindo a mudança do regimento interno, para permitir que as discussões sejam organizadas por temas. Plínio Arruda acredita que só assim o plenário despertará o interesse dos constituintes.

De acordo com o parlamentar petista, «os setores conservadores estão com medo de debaterem questões de natureza ideológica e provocar tensão». Na sua opinião, os conservadores não querem se expor, ao se oporem a reforma agrária, por exemplo, «para não se queimarem com a opinião pública».

Jantar reúne PFL e Ulysses

«O momento é de entendimento entre as lideranças dos partidos, pois se fizermos uma Constituição na base de maiorias escassas, não teremos um texto duradouro», justificou ontem o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli (RS), referindo-se ao jantar de ontem à noite entre a cúpula do PFL e o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. Falando pouco antes do jantar, Chiarelli enfatizou que «o método tornou inviável» o aproveitamento do projeto da Comissão de Sistematização, pois há «falta de unidade global» no texto.

Para Chiarelli, essa falta de unidade decorre do fato de cada assunto ter sido tratado de maneira estanque, numa área específica, na fase preliminar da Constituinte. Ele disse que, o que se obteve foram «24 pedaços separados, sem comunicação entre si, com o regimento impedindo que se desse a soldagem final entre esses vários pedaços». De qualquer modo, ele acha que não se tratou de uma «fase inútil», pois serve como «ponto de referência» para os próximos trabalhos. «O anteprojeto da Constituição não é bom, mas como indicador de tendência é

interessante».

Apesar de ser visto como um contato inicial para buscar base política de modo a viabilizar o substitutivo que será apresentado pelo relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), o jantar de ontem era visto por Chiarelli como uma possível oportunidade de o senador Marco Maciel dar continuidade à sua investida em favor de um pacto político. «O presidente do PFL encerrou a primeira rodada conversando com o deputado Ulysses — enfatizou Chiarelli — e pode querer iniciar a fase de «operacionalização» do pacto conversando com ele, também».

De qualquer modo, Chiarelli disse que não podia sequer dizer se Ulysses marcou o jantar como «presidente da República, transitório, como presidente do PMDB ou da Constituinte». Se foi como presidente do PMDB — opinou — o tema pode ser o pacto político. Caso tenha convocado o PFL como presidente da Constituinte — prosseguiu — «razões não faltam para, nesse intervalo, darmos início aos entendimentos a nível de lideranças de partido, para então passar-se à fase de discussão em plenário».